

Antropologia de Lugares Históricos e Equipamentos Culturais: interdisciplinaridade e pluralismo metodológico

Lucas Graeff^a

Este artigo discute as abordagens conceituais e metodológicas de uma pesquisa sobre memória coletiva, sociabilidade e acessibilidade em equipamentos culturais e lugares históricos localizados nas cidades de Porto Alegre e Canoas, no Rio Grande do Sul. A questão fundamental é como tais lugares e equipamentos se inscrevem nas tramas das relações cotidianas de pessoas que os frequentam ou que vivem em seu entorno. Para responder a essa questão, propõe-se duas dimensões analíticas: ‘efeito de clube’, derivada da leitura de um artigo de Pierre Bourdieu (2013) e tematizada pelas experiências de pesquisa; e ‘as regras da atração’, que apresenta como os ‘públicos’ organizam sua atenção subjetiva e os seus níveis de apreciação frente a atividades culturais.

Equipamentos culturais; Memória coletiva; Pluralismo metodológico; Interdisciplinaridade.

Observação direta ou participante, estatística, questionários, entrevistas de profundidade, conversas informais, diário de campo, descrição densa, captação de sons e de imagens... Quais técnicas são mais ou menos adequadas à pesquisa antropológica em contextos urbanos? A escolha das técnicas depende das teorias e hipóteses formuladas

^a Antropólogo. Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada (Paris 5 Sorbonne). Professor do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle. Email: lucasgraeff@gmail.com.

pela equipe de pesquisa? Até que ponto deve-se apostar no 'pluralismo metodológico' (Heinich 2006) ou em um certo ecletismo teórico-metodológico quando se trata de fazer antropologia na ou da cidade (Magnani 2003)?

Com estas questões de abertura, este artigo tem por objetivo apresentar os caminhos de uma pesquisa sobre memória coletiva, sociabilidade e acessibilidade em equipamentos culturais e lugares históricos localizados nas cidades de Porto Alegre e Canoas, no Rio Grande do Sul. A pesquisa problematiza como tais lugares e equipamentos se inscrevem nas tramas das relações cotidianas de pessoas que os frequentam ou que vivem em seu entorno. Para além de propor a compreensão dos sentidos das experiências dessas pessoas, desvelando conexões com redes de lazer e sociabilidade que extrapolam o quadro espacial dos lugares e equipamentos estudados, a pesquisa também interroga sob quais condições bens e serviços culturais se abrem ou não aos princípios de igualdade de acesso e de reconhecimento de diferenças (Santos 2006; Fraser & Honneth 2003).

A fim de dar conta dessa tripla dimensão sentidos/redes/diversidade, a pesquisa se apoia nas experiências de práticas e discussões inter e transdisciplinares que caracterizam o Observatório Cultural Unilasalle, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle Canoas/RS. Tais práticas e experiências são marcadas pela integração de métodos quantitativos e qualitativos como análise estatística de dados governamentais, questionários, entrevistas formais e informais, observação direta e participante, captação de imagens e de som, pesquisa em arquivos, etc. Em todos os casos, a metodologia é estabelecida processualmente. Escolhe-se um ponto de partida (por exemplo, dados da Munic-IBGE ou observação direta) e, considerando os resultados iniciais, formulam-se hipóteses cuja verificação depende de abordagens específicas definidas pelo grupo de pesquisadores e estudantes.

Os caminhos de pesquisa ora tematizados respondem a esse processo de construção sistemática, interdisciplinar e coletiva. Para fins de

apresentação, este artigo apresenta uma primeira seção contemplando contempla os referenciais teóricos que colaboraram na constituição do problema geral de pesquisa; a segunda apresenta a dimensão do ‘efeito de clube’, derivada da leitura de um artigo de Pierre Bourdieu (2013) e tematizada pelas experiências de pesquisa; a terceira e última seção desenvolve a dimensão de ‘as regras da atração’, que procuram mostrar como os ‘públicos’ e os indivíduos que os compõem organizam sua atenção subjetiva e os seus níveis de apreciação em cada situação de pesquisa.

Ao final, reitera-se o ponto de vista ou a tese fundamental deste artigo: o aprimoramento de estudos sociológicos e/ou antropológicos em sociedades complexas e, mais particularmente, do papel de equipamentos culturais e lugares históricos nessas sociedades, depende não apenas do ‘pluralismo metodológico’ (Heinich 2006), mas de trocas sistemáticas entre pesquisadores e alunos oriundos de diferentes carreiras de formação. Longe de figurar como um truísmo, esse ponto de vista é uma tomada de posição em prol da interdisciplinaridade e da intersubjetividade na constituição de pesquisas sobre práticas culturais, formação de públicos e gênese e duração de equipamento culturais e lugares históricos.

Da Antropologia urbana ao pluralismo metodológico

Estudos sobre cotidiano, sociabilidade e memória coletiva nas metrópoles vem marcando aquilo que se convencionou denominar, no Brasil e no exterior, de ‘Antropologia Urbana’. Inspirados nas práticas de pesquisa das duas gerações da Escola de Chicago (Grafmeyer & Joseph 2004; Hannerz 1980), em geral, e da afirmação do trabalho de campo como rito de passagem (Oliveira 2006; DaMatta 2004), em particular, os antropólogos que se aventuraram a compreender o sentido das formas sociais e configurações urbanas se demarcam de outros cientistas sociais pela ênfase nas fragmentações da Cidade e das experiências que se desenrolam a partir dela. Autores como Robert Leeds,

Gilberto Velho, Eunice Dunham e Guilherme Cantor Magnani, para citar alguns, preocuparam-se não em descrever modos de vida e fronteiras étnico-territoriais que por ventura desenrolam em contextos urbanos, mas em fazer etnografias na cidade para fazer antropologias da cidade (Magnani 2002; Velho 1980).

É sob um ponto de vista totalizante, pois, que os antropólogos urbanos brasileiros realizam suas etnografias nas metrópoles brasileiras. No diapasão de tradições antropológicas do tipo ‘*nation-building*’ (Stocking 1984), as pesquisas etnográficas nas cidades brasileiras tratam os grupos e indivíduos em sua interlocução com as diferentes esferas da vida social, como as do “trabalho, religiosidade, lazer, cultura” (Magnani 2002:18). Inspiram-se, portanto, na recomendação maussiana de assumir os fatos sociais como totais (Mauss 2003) e desenvolvem-se em uma tradição que lhes é própria, incorporando “experiência, emoções, sentimentos e formas de classificação internalizadas” (Velho 2004:166).

Iniciada em 2014, a pesquisa sobre memória coletiva, sociabilidade e acessibilidade em equipamentos culturais e lugares históricos participa dessa tradição: as primeiras aproximações da equipe na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre, buscaram os sentidos das experiências de frequentar os diferentes espaços da Casa. Desde as primeiras incursões de campo, a percepção de uma matriz heterogênea de ‘regiões morais’ e de ‘províncias de significado’ (Schutz 1979; Velho 2004) se impôs. Nos diferentes ‘espaços’ e ‘salas’¹ do equipamento, instalam-se grupos e redes de pertencimento que consolidam a função de habitar, isto é, de construir e fundar uma relação humana, coletiva e diferencial com cada lugar previamente constituído através de artefatos e estéticas próprias.

As fronteiras das regiões morais e das províncias de significado observadas ao longo da etnografia mostraram-se móveis e temporárias – como não poderia deixar de ser. Os grupos e redes estabelecidos em determinados momentos perdiam-se após um ou mais dias de ocupação. Sob esse ponto de vista, não causou surpresa o quanto os papéis sociais

e os sentimentos de pertença eram fluidos, enraizando-se e desenraizados ao sabor das socialidades e sociabilidades. Assim, a primeira lição das incursões etnográficas foi o desdobramento de uma questão fundamental para o estudo da cidade através de estudos em memória social (Eckert & Rocha 2000): o que dura? Quais as razões para durar?

Em geral, as etnografias urbanas investigam a emergência, constância e imergência de grupos humanos, regiões morais, províncias de significados e lugares antropológicos no âmbito das cidades. No caso da pesquisa ora apresentada, a equipe ampliou seu leque de indagações sobre a duração das formas de socialidade e sociabilidade no âmbito dos locais de pesquisa. Doravante, buscou-se as homologias entre a duração dessas formas e a dos próprios equipamentos. Em outras palavras, passou-se a questionar sobre as razões do “ajuntamento durável, no interior do mesmo espaço, [...] de pessoas e coisas que se assemelham naquilo em que são diferentes da grande maioria” (Bourdieu 2013:140). Quais as relações entre as experiências subjetivas dos grupos e indivíduos que frequentam um determinado equipamento cultural e as propriedades ditas ‘objetivas’ desse equipamento? Ou, pensando através dos trabalhos de Bruno Latour: como as relações entre humanos e não-humanos colaboram para a construção e duração tanto das socialidades e sociabilidades quanto dos artefatos culturais (incluindo-se, entre eles, os chamados equipamentos culturais e lugares históricos)?

Nesse movimento reflexivo, a equipe de pesquisa assumiu a noção simmeliana de que seres humanos e seus artefatos são ambos objetivações, isto é, materializações do processo da vida (Simmel 2013). A distinção entre uns e outros é de grau, não de natureza. São simétricos (Latour 1994), agenciam sentidos e intenções (Gell 1998), suscitam efeitos uns nos outros (Strathern 2014). Do ponto de vista da abordagem metodológica pluralista que passou a imbuir a equipe, a diferença de grau entre os humanos e não-humanos, entre as pessoas e as ‘coisas’, refere-se apenas à atenção subjetiva, ou seja, a capacidade de apreender e constituir um “acontecimento cognoscente” (Merleau-Ponty 1999:59)². Assim, cabe a cada pesquisador e pes-

quisadora buscar esses acontecimentos cognoscentes que se produzem através das experiências subjetivas e podem ser comunicadas através da linguagem verbal e não-verbal. Por outro lado, entende-se que os não-humanos, em geral, e os artefatos, são elementos constitutivos das socialidades e sociabilidades possíveis no âmbito dos equipamentos e lugares estudados. Sendo da mesma natureza que os humanos – e de suas atenções subjetivas –, produzem mediações, agenciam sentidos e produzem efeitos que tornam possíveis e imagináveis as diferentes formas e durações da materialização da vida.

A busca por homologias entre a duração das formas de socialidade e sociabilidade e os artefatos estudados levou à equipe de pesquisa a desenvolver uma perspectiva teórico-metodológica própria. Neste artigo e para fins de ilustração, essa perspectiva será dividida em duas dimensões, uma dita ‘objetiva’ e outra, ‘subjetiva’. Essa divisão é arbitrária e tem motivos heurísticos: ainda que cada uma das dimensões não cesse de produzir efeitos uma sobre a outra, o trabalho de pesquisa pode seguir os tópicos de cada dimensão com perdas de sentido relativamente previsíveis. Ao se tomar o caminho da dimensão ‘objetiva’, por exemplo, o que se perde de vista são as atenções subjetivas das pessoas e grupos que frequentam tal ou tal equipamento cultural ou lugar histórico. Pelo outro caminho, ‘subjetivo’, a perspectiva ausente é a das condições ou mecanismos sociais que enquadram a produção e a duração dos artefatos que se colocam em relação com as atenções subjetivas – e, porque não dizer, das atenções subjetivas elas mesmas. Essas miopias temporárias, porém, se superam: 1) na medida em que os métodos particulares são aplicados caso a caso; e 2) através do potencial compreensivo e explicativo das disciplinas na quais cada pesquisador desenvolveu sua formação³.

O ‘feito de clube’

Em 2014, quando dos primeiros meses da pesquisa, o bolsista de iniciação científica Oscar Berg ingressou na equipe com algumas ques-

tões sobre a oferta de equipamentos culturais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Naquela oportunidade, ele buscou dados da pesquisa Munic-IBGE 2012 e construiu um mapa indicando a presença ou ausência dos equipamentos listados pela meta 31 do Plano Nacional de Cultura. No mapa, constatou-se a divisão da RMPA em dois núcleos culturais: um primeiro organizado em torno da capital, Porto Alegre, e um segundo, em torno dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, na microrregião do Vale dos Sinos (Graeff, Waismann & Berg 2015). Para além disso, o município de Montenegro chamou a atenção da equipe: trata-se de uma cidade pequena, com cerca de 60.000 habitantes, que dispõe de diversos equipamentos culturais, além de cursos de graduação em Artes Visuais, Música e Teatro (UERGS) e de uma fundação de renome internacional dedicada à produção cultural, a FUNDARTE.

Cruzados com leituras da bibliografia especializada sobre políticas culturais no Brasil, os achados desse mapeamento repercutiram uma das questões fundamentais para a antropologia urbana: por que determinadas regiões morais, províncias de significados e lugares antropológicos duram no âmbito das cidades? No caso particular desta pesquisa: quais razões para a formação e consolidação de públicos e para a gênese e duração de equipamento culturais e lugares históricos em cidades como Porto Alegre e Canoas/RS? Essas perguntas adquirem complexidade na medida em que se argumenta as ‘tristes tradições’ das políticas culturais brasileiras (Rubim 2007): ao contrário de experiências com as da França e Alemanha, onde o Estado dirige (e faz questão de dirigir) as políticas que “orientam o desenvolvimento simbólico, satisfazem as necessidades culturais da população e obtêm consenso para um tipo de ordem ou transformação social [...]”. (Canclini 2001:65 – tradução do autor), os governos no Brasil tendem a oscilar “ausência, autoritarismo e instabilidade” (Rubim 2007:101). Se esse ponto de vista é válido, em que momentos e circunstâncias firam criados os equipamentos culturais identificados pelo mapeamento da RMPA? Por que e sob quais condições eles duram? Sua gênese e con-

tinuidade dependem de grupos políticos dirigentes e de elites intelectuais, por exemplo? E como essas condições repercutem nos públicos e não-públicos?

Naquele período, a equipe de pesquisa compartilhou a leitura de um número da Revista Estudos Avançados dedicado ao ‘Espaço na vida social’. Ali, os editores trazem a tradução de alguns trabalhos de autores consagrados, como uma conferência de Pierre Bourdieu intitulada ‘*espace physique, espace social et espace physique approprié*’. No texto, o sociólogo francês enuncia seu ponto de vista sobre três noções de espaço presentes em sua obra – o físico, o social e o apropriado. Durante leitura desse material, uma passagem em particular chamou a atenção da equipe de pesquisadores:

“não basta entrar no Beaubourg para se apropriar do museu de arte moderna [...]. Além do capital econômico e do capital cultural, alguns espaços, e particularmente os mais fechados, os mais ‘seletos’, também requerem capital social. Tais espaços só podem proporcionar capital social, e ainda capital simbólico – e isso pelo efeito de clube, que resulta do ajuntamento durável, no interior do mesmo espaço [...] de pessoas e coisas que se assemelham naquilo em que são diferentes da grande maioria, no fato de que têm em comum o fato de não serem comuns –, na medida em que excluem juridicamente (por uma forma mais ou menos afixada de *numerus clausus*) ou de fato (estando o intruso condenado a uma espécie de exclusão interior própria a privá-lo de alguns dos lucros de pertencimento) todos aqueles que não apresentam todas as propriedades desejadas, ou que apresentam (ao menos) uma das propriedades indesejáveis” (Bourdieu 2013:140).

A sugestão de que um equipamento cultural pode exercer um efeito de clube apresentou-se operativa frente aos dados do mapeamento e da tese de Antonio Canelas Rubim sobre as inconstâncias das políticas culturais brasileiras. Ao invés de situar no Estado o poder demiúrgico de propor e efetivar políticas para a cultura e, simultaneamente, de criar e manter equipamentos culturais e lugares históricos ao longo do tempo, o efeito de clube retoma o enfoque nos próprios equipamentos e lugares. Existe um clube? Mais de um? Quem o(s) compõe? Quais

homologias podem ser estabelecidas entre os diferentes componentes e suas propriedades? Quais fontes devem ser consultadas para dar conta dessas hipótese e questões? Como fontes primárias dialogam com as grandes narrativas sobre o papel do Estado na promoção (ou não) do desenvolvimento simbólico e da satisfação das necessidades culturais da população instalou-se como um pano de fundo relativamente opaco frente a outras ancoragens metodológicas?

Para a equipe de pesquisa, o efeito de clube é antes de tudo uma hipótese de trabalho. Através dela, construiu-se um primeiro mapa teórico-metodológico cuja principal finalidade é sistematizar a busca de dados e informações. Não se trata de operar o conceito bourdiano como uma cama de procusto, cortando e estirando as observações de campo, entrevistas ou estatísticas de maneira a enquadrá-las na teoria. Ainda que se entenda que a teoria é ‘aquilo que faz ver’, como sugere a origem grega da palavra *theorein* (Bourdieu 1997), os colaboradores e colaboradoras da pesquisa não buscam impor a hipótese do efeito de clube como uma visão de mundo que *realmente* explica o porquê do surgimento e da duração das socialidades e das sociabilidades organizadas em diálogo com os artefatos culturais estudados.

Na Figura 1, apresenta-se o mapa teórico-metodológico construído a partir do efeito de clube. Em primeiro lugar, é a hipótese da homologia entre as propriedades do espaço físico, do espaço social e do espaço físico apropriado resumida no efeito de clube que se destaca. Supõe-se que as propriedades de um dado equipamento ou lugar tendem a atrair ou a repelir diferentes agentes segundo as semelhanças e dissimilaridades de posição em suas trajetórias sociais – as dos equipamentos/lugares e suas obras (artefatos) e as das pessoas e grupos (seres humanos). Desde essa suposição, buscam-se fontes que possam dar conta dessas trajetórias sociais (estatísticas oficiais, boletins, notícias de jornais, sites de internet, relatórios, atas, entrevistas, etc.). Por fim, delimitam-se propriedades de ‘condição’, entendidas como as propriedades que se devem a características intrínsecas ou subjetivas (acontecimentos cognoscentes), e as de ‘situação’, que se devem à posição que

um dado agente ocupa em relação a outros artefatos e seres humanos inscritos no espaço social.

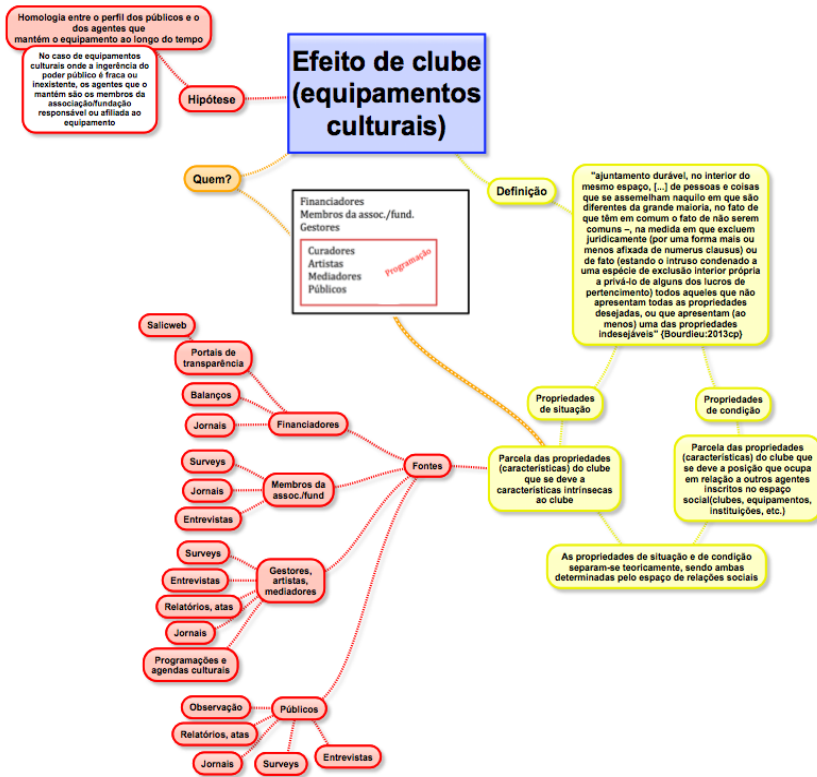


Figura 1 – Efeito de Clube e seus desdobramentos teórico-metodológicos. Fonte: elaboração do autor⁴.

O objetivo da proposta teórico-metodológica não é medir a distância entre diferentes agentes no campo social. O que se busca são pistas para a compreensão das razões que favorecem ou desfavorecem a emergência e a duração de um dado equipamento cultural. Por pistas, entenda-se caminhos para abordar cada aspecto previsto no esquema. Do problema geral – por que tal equipamento ou lugar emerge

em determinado momento e o que condiciona a sua duração ao longo do tempo –, buscam-se fontes e técnicas de pesquisa que permitam compreender ou explicar as propriedades situacionais e de condição de cada equipamento ou lugar. Essas buscas podem ser operadas por uma equipe de pesquisa ou por um único pesquisador, de forma sistemática e sucessiva, acumulando informações sócio-históricas a respeito do equipamento ou lugar estudado.

À guisa de exemplo, destacam-se as incursões de campo à Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre, e à Casa das Artes Villa Mimososa, em Canoas/RS. Em ambos os casos, a equipe de pesquisa vem se apoiando em centros de documentação existentes no local (programação do ano atual e anteriores); entrevistas informais com gestores, artistas, mediadores e profissionais com cargos públicos; relatórios e atas de reuniões; e visitas técnicas. No que tange à Casa de Cultura, obteve-se informações sobre doações via projetos de mecenato através da plataforma SALICWEB, permitindo um contato com pessoas envolvidas na manutenção da Casa e de sua programação. Através dessas informações, vislumbrou-se o papel das fundações tanto na manutenção do equipamento quanto na delimitação da programação⁵. Ao mesmo tempo, a equipe passou a efetivar entrevistas em profundidade com alguns dos gestores, artistas, mediadores e profissionais mapeados a partir das incursões de campo e análise de fontes primárias de caráter público.

Os resultados não indicaram uma homologia transparente entre o ‘clube’ e os públicos, mas contribuíram para uma compreensão preliminar das dificuldades enfrentadas no quadro de cada equipamento quando da troca de gestão (Casa de Cultura), da construção de uma programação própria (Casa das Artes) e da problemática da formação de públicos (ambos os casos). Nesse sentido, foi relevante perceber que a idade de cada equipamento não é garantia de continuidade no que se refere ao perfil da oferta de atividades culturais em cada um dos equipamentos.

Passadas as primeiras experiências de pesquisa pautadas pelo esquema conceitual-metodológico aqui proposto, a equipe de pesquisa assume que o ‘clube’ opera como uma região moral, isto é, como um

lugar de integração intersubjetiva pautado por uma comunidade de sentido. Assim, a dimensão dita ‘objetiva’ da análise dialoga mais facilmente com a fenomenologia das relações cotidianas – ou com aquilo que se convencionou chamar de ‘regras da atração’.

As ‘regras da atração’

A dimensão do efeito de clube informa um conjunto de abordagens metodológicas possíveis para a equipe. Indica fontes e caminhos a seguir, bem como hipóteses a serem trabalhadas, adaptadas, confirmadas ou refutadas ao longo do processo. Mas a pesquisa permanecerá substancialmente incompleta não fosse a dimensão das regras da atração. Quanto a ela, também é preciso destacar um percurso prévio. Isto é, à imagem da discussão sobre o efeito de clube, a dimensão dita ‘subjetiva’ da antropologia de equipamentos culturais e lugares históricos surge de experiências de pesquisa – neste caso, as do autor deste artigo.

Ao longo de 2014 e 2015, uma série de incursões etnográficas foram realizadas nas três regiões delimitadas para a pesquisa: 1) em Porto Alegre, no trecho da Rua dos Andradas entre as ruas Gen. Canabarro e Gen. João Manuel, que abriga a Igreja das Dores, o Museu Militar, a Casa de Cultura Mário Quintana e o futuro Centro Cultural Unilasalle; 2) também em Porto Alegre, o Campus Central da UFRGS, onde se localizam 12 prédios restaurados por políticas de preservação estaduais e federais; e 3) em Canoas/RS, o trecho da Av. Guilherme Shell situado entre as ruas Cel. Vicente e Frederico Ludwig, local onde se encontra a Casa das Artes Villa Mimosa, primeiro bem tombado pelo município, além do Instituto Pestalozzi, a praça da Bandeira e a Igreja Matriz. Nessas três regiões, uma das principais preocupações foi compreender os ‘públicos’: de que ou por quem são compostos? Tratam-se de pessoas presentes em cada lugar pesquisado? De sujeitos capazes de apreender e constituir um acontecimento cognoscente, estejam ou não engajados em uma atividade dita cultural? De pessoas que se autodeclararam público, ouvinte, participante, apreciador?

As respostas a essas questões sempre foram fluídas. Tal como assinala Eduardo Viveiros de Castro a respeito do perspectivismo ameríndio, tudo leva a crer o ponto de vista crie o sujeito (Castro 1996) – e, nesse diapasão, os públicos. Logo, de pouco adianta realizar uma reflexão estática sobre os efeitos de clube. Na medida em que os públicos se constituem em situação, é preciso revisar as propriedades homólogas que emergiram da análise das trajetórias sociais dos agentes que dirigem a programação (por exemplo, as fundações e seus membros; ou, ainda, os gestores, artistas e mediadores). O contrário também se impõe: na justa medida da transformação desses agentes e de seus movimentos no campo social, as propriedades de situação e de condição se transmutam em consonância com os acontecimentos cognoscentes, que não permanecerão os mesmos ao longo do tempo e das observações.

A constituição do público em situação e as mudanças nas propriedades das relações entre agentes traz à tona os temas da atenção e dos níveis de apreciação. Para além de se declarar público ou não, cada pessoa passa por encaixes e desencaixes afetivos em relação com e ao longo de uma determinada atividade cultural. Esses encaixes e desencaixes podem ser definidos como ‘adesões’ – ou *attachements*, como diria Antoine Hennion (2004): não se trata de uma relação mecânica, mas complexa e circunstancial. Nela, as propriedades de situação e de condição de um dado equipamento ou lugar tendem não apenas a atrair ou a repelir determinados públicos e os indivíduos que os compõem, mas a condicionar a sua atenção subjetiva e os seus níveis de apreciação. Esse condicionamento é intencional, no sentido fenomenológico, efetivando-se em reações favoráveis ou desfavoráveis (Merleau-Ponty 1999) – isto é, na ordem dos encaixes e desencaixes transitórios dos afetos e das afecções relacionais.

No âmbito do pluralismo metodológico reivindicado pela equipe de pesquisa, as regras da atração indicam caminhos para que cada pesquisador perceba, descreva e interprete diferentes situações sociais pautadas por públicos e atrações ditas ‘culturais’ ou ‘artísticas’. Trata-se, portanto, de um movimento na direção da antropologia da arte,

com seus expoentes tradicionais – o sublime e o extraordinário em Kant; a agência, a causação e a transformação em Gell; os modelos de ação em Geertz; os atos e palavras que agem, em Lévi-Strauss (Lagrou 2007). Porém, o objetivo da equipe é menos conceitual do que pragmático e metodológico. Não se busca inovar no âmbito dessas discussões, mas oferecer um quadro de ação para uma sequência de ações de pesquisa que, a longo prazo, permita responder à questão fundamental: por que determinados equipamentos culturais e lugares históricos surgem, duram ou desaparecem?

À imagem de cada público, lugar ou artefatos, a equipe de pesquisa entende que as situações de pesquisa são materializações do processo da vida (Simmel 2013). O efeito de clube e as regras da atração são hipóteses de trabalho ganham em operabilidade quando buscam não a explicar o movimento, mas a compreender como e porque determinados feixes e formas de relações se objetivam e perduram. Lugares e artefatos agenciam relações; os públicos, por seu turno, aderem transitoriamente ou não a esses lugares e artefatos, conformando reações favoráveis e desfavoráveis aos agenciamentos relacionais produzidos em situação. Daí a importância das observações direta e participante, bem como da implicação de cada pesquisador na situação de pesquisa.

A objetivação dos acontecimentos cognoscentes se dá, bem entendido, através de textos, sons e imagens. Mas como orientar esse trabalho de objetivação? Como garantir que as diferentes incursões de pesquisa permitam uma abordagem sucessiva e histórica das situações estudadas? A Figura 2 sintetiza algumas respostas a essas questões, além de explicitar algumas discussões tratadas nos parágrafos precedentes. De um lado, relativiza-se as noções de público e não-público. De outro, insiste-se nos ‘níveis de apreciação’: o sensual-afetivo, que corresponde à experiência sensorial imediata; o cognitivo-imaginativo, que relaciona as experiências sensuais imediatas, ideias e imaginação; e a metacognitiva ou crítica, contrastando os níveis anteriores com as regras do campo no qual se inscreve a obra ou a performance apreciada. Os desdobramentos que seguem em termos de métodos e

encaixes/desencaixes de esquemas de experiência informam o caráter dinâmico e multifacetado do processo.

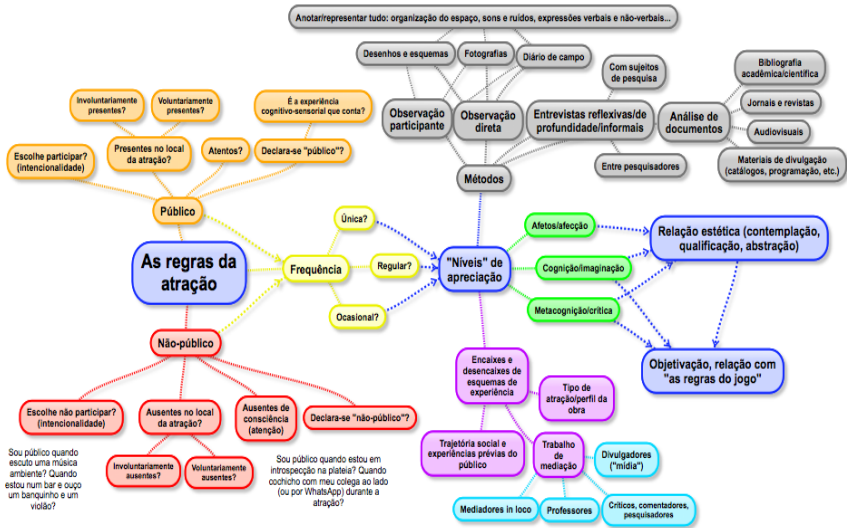


Figura 2 – As regras da atração e seus desdobramentos teórico-metodológicos.
 Fonte: elaboração do autor.

Entre outras coisas, a Figura 2 destaca que as regras da atração não dizem respeito apenas ao que é observado pelo pesquisador, mas à própria prática etnográfica. Além disso, a disposição de colocar-se em relação, buscando encaixes e desencaixes de esquemas de experiência faz com que a equipe de pesquisadores e pesquisadoras se interesse: pela identificação e análise das condições de acessibilidade em cada um dos locais de pesquisa; pelo papel trabalho de mediação; pela tipologia das atividades culturais em relação a perfis sociodemográficos dos públicos; etc. Com efeito, pode-se dizer que são mundos da arte e estilos de vida que se abrem a cada incursão atenciosa nos campos. Além da escrita etnográfica e da análise sociológica dos dados, essa abertura motiva estudos fotoetnográficos e videográficos que indicam em que medida eles se abrem ou não aos princípios de igualdade de

acesso e de reconhecimento de diferenças que norteiam os direitos e políticas culturais no País. Ou seja: no movimento de pesquisa e através dos esquemas teórico-conceituais propostos, é possível circular entre abordagens ditas ‘objetivas’ e ‘subjetivas’ – ou, ainda, ‘macrossociológicas’ e ‘microsociológicas’.

Em guisa de exemplo, cita-se uma pesquisa-ação realizada junto a pessoas com deficiência na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre (Graeff, Fernandes & Closs 2013). Naquela oportunidade, constatou-se como as escolhas de visitação dos participantes da pesquisa respondem ao entrecruzamento de gostos, à oferta de opções de mobilidade urbana, a obstáculos físicos no entorno da Casa, à adequação do ambiente às normas de acessibilidade e às características das obras e serviços culturais ofertados *in loco*. Uma abordagem localizada desses cinco fatores conduz à compreensão das experiências de reconhecimento e desprezo social de usuários – no caso, participantes da pesquisa-ação – mas não deu conta das condições sócio-históricas que contextualizam essas experiências.

A pesquisa na Casa de Cultura Mário Quintana perdeu de vista a dimensão objetiva ou macrossociológica do equipamento cultural. Não se interrogou sobre as lutas protagonizadas por movimentos sociais, a implicação de organismos internacionais em processos de consolidação e ampliação de direitos sociais e culturais e as redes de relações e arranjos institucionais que desembocam na escolha de investimentos em transformação urbana, restauro de edificações e revitalização de ambientes culturais. Por outro lado, a experiência microsociológica permitiu avançar nos diferentes níveis de apreciação dos sujeitos de pesquisa: suas experiências sensoriais, ideias e imaginações foram colocadas à prova das formas - obras de arte, rampas, pisos, paredes, sinalética, etc. Os sujeitos de pesquisa enfrentaram, ainda, câmera e a presença dos pesquisadores, o que lhes exigiu retomadas críticas da experiência de visita e de sua própria condição de deficiência frente a um mundo que, em diferentes situações, apresenta-se como inóspito e inadaptado.

Conclusão

Neste artigo, apresentou-se os caminhos de uma pesquisa sobre memória coletiva, sociabilidade e acessibilidade em equipamentos culturais e lugares históricos localizados nas cidades de Porto Alegre e Canoas, no Rio Grande do Sul. Nas intersecções entre os três conceitos, as formas sociais e práticas culturais desenvolvidas no interior e no entorno de equipamentos culturais e lugares históricos abrem-se não apenas à interpretação e à compreensão dos pesquisadores e das pesquisadoras, mas à dialogicidade das situações etnográficas construídas ao longo do processo. Em cada encontro etnográfico, consolidam-se narrativas sobre a experiência de viver a cidade, em geral, e de frequentar ou não esses equipamentos e lugares, em particular. Para além das narrativas, os encontros etnográficos dialogam com os itinerários e as alternâncias de ritmos cotidianos de cada participante da pesquisa. A observação participante e as relações de reciprocidade que se desdobram nesses itinerários e ritmos indicam deslocamentos entre províncias de significado e regiões morais que operam – e são operados – pelas interações entre formas lúdicas de interação, os agenciamentos entre as práticas rotineiras e as formações sociais mais amplas⁶.

Enquanto os conceitos de sociabilidade, cotidiano e memória coletiva convocam a tradição dos estudos de antropologia urbana no Brasil, no caso particular de uma antropologia de equipamentos culturais e lugares históricos ocorre uma superposição de dois elementos qualificadores: os locais de estudo são ditos ‘culturais’ e ‘históricos’. Isso significa compreender os atos de construção de sentido operados ao longo dos encontros etnográficos em referência direta ou indireta a debates e discursos relacionados aos campos da arte e da estética, às temáticas de fundo sócio-histórico como gênero, classe, religião, etnia e categorias etárias (Gohn 2005) e ao planejamento estratégico das cidades globais que ‘requalificam’ regiões consideradas degradadas (Magnani 2002). O foco, portanto, não se restringe aos equipamentos culturais e lugares definidos arbitrariamente para fins de pesquisa,

devido abarcar os arranjos institucionais, as associações que dirigem e mantêm os equipamentos culturais e as políticas locais e regionais em suas transformações ao longo do tempo.

O pluralismo metodológico adotado pela equipe de pesquisa busca, portanto, transpor a ‘tentação da aldeia’ quando se trata de compreender fenômenos urbanos (Magnani 2003). Em primeiro lugar, privilegiando o método etnográfico e a descrição densa; em segundo lugar, dando conta da inscrição dos equipamentos e lugares na malha urbana e nas redes de relações de cidadãos cujas práticas cotidianas se dão no interior ou no entorno desses equipamentos e lugares; em terceiro lugar, revisando os arranjos institucionais que dão origem e sustentam política e economicamente tais lugares ao longo do tempo.

Vale lembrar, por fim, que as duas dimensões heurísticas propostas neste trabalho não supõem uma anterioridade lógica uma com relação à outra. Isso significa dizer que não se deve supor uma relação hierárquica entre o que se propõe ‘objetivo’ ou ‘subjetivo’. Em termos metodológicos, pode-se iniciar ou recomeçar as investigações tanto pelo efeito de clube ou quanto pelas regras da atração. Ou tomando as duas simultaneamente. Nesse ir e vir entre campo social e experiências fenomenológicas, o que se busca não são os mecanismos de reprodução de diferenças objetivas e subjetivas, mas os artefatos e seres humanos que precisam ser consultados, visitados e estudados com vistas à compreensão das razões pelas quais essas e outras formas perduram no tempo e no espaço.

A empreitada é, evidentemente, de grande duração. A ideia é que as perspectivas apresentadas aqui orientem pesquisas sistemáticas e interdisciplinares junto a equipamentos culturais e lugares históricos. Em termos operacionais, os recortes realizados são sempre de ordem espacial (no caso desta primeira pesquisa, as três regiões citadas acima), mas isso não impede algumas ousadias e extrapolações na medida em que problemas e questões comparativas se impõem. Por outro lado, o pluralismo metodológico como ponto de partida e a interdisci-

plinaridade como prática cotidiana vem permitindo tanto o acúmulo de discussões sobre os conceitos em tela – sociabilidade, cotidiano, memória coletiva, reconhecimento social – quanto uma compreensão dinâmica e não-dogmática da prática de pesquisa.

Notas

¹ A Casa de Cultura Mário Quintana dispõe de 12.000 m² de área construída. Divide-se em mais de 40 setores, cujos nomes são compostos de uma indicação de uso ('sala', 'biblioteca', 'espaço' ou 'teatro', por exemplo), seguidos da especificação de um nome de personalidades da cultura do Estado do Rio Grande do Sul (Galeria Augusto Meyer, Complexo Bruno Kiefer, Teatro Bruno Kiefer, Sala Eduardo Hirtz, Biblioteca Érico Veríssimo, etc.). A nomeação do uso costuma acompanhar a lógica da gestão dos espaços. No final das contas 'Casa de Cultura' é um nome genérico uma área construída composta de setores relativamente autônomos. A esse respeito, ver o site da Secretaria de Cultura do Estado Rio Grande do Sul, item 'Instituições' (<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/instituicoes-sedac/>).

² Em um de seus trabalhos sobre o perspectivismo ameríndio, Eduardo Viveiros de Castro sugere: "é o ponto de vista cria o sujeito." (Castro 1996:126).

³ A pesquisa se apoia nas experiências de práticas e discussões inter e transdisciplinares que caracterizam o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle. Em suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, o autor deste artigo é acompanhado por professores e alunos de diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tais como Letras, Economia, História, Relações Internacionais e Teologia.

⁴ Em parceria com o Prof. Dr. Moisés Waismann, do Centro Universitário La Salle.

⁵ Em estudos de caso paralelos realizados por alunos e alunas matriculados em disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE), foi possível comparar o papel das fundações na criação e manutenção de equipamentos culturais como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e Theatro São Pedro, em Porto Alegre.

⁶ As lembranças e a narrativas produzidas ao longo dos encontros etnográficos servem como pontos de referência móveis que permitem situar as experiências de viver a cidade em meio ao fluxo contínuo dos acontecimentos e às múltiplas correntes da memória coletiva (Halbwachs 2006); lembranças e narrativas que evocam as contradições "apreendidas na tensão entre o desejo de transformar e a vontade de continuar, de desencadear o futuro sem as ameaças do presente e antagonismos do passado." (Eckert 2000: 171). Não se trata, portanto, de operacionalizar a memória como capacidade de retenção e acumulação de conhecimentos, saberes ou práticas, mas de tratá-la como um ato de construção de sentido contra os fantasmas do esquecimento, do perecimento e da morte. Um ato, enfim, de reinvenção do tempo e da duração (Eckert & Rocha 2000).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. 1997. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. 2013. “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado”. *Estudos Avançados*, 27(79):133–144.
- CANCLINI, Nestor G. 2001. “Definiciones en transición”. In MATO, D. (ed.): *Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*, pp. 57-68. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- CASTRO, Eduardo V. 1996. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. *Mana*, 2(2):115–144.
- DAMATTA, Roberto. 1993. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ECKERT, Cornelia. 2000. “Tempo e memória: da duração contínua à dialética da duração”. In DEBERT, G. G. & GOLDSTEIN, D. (eds.): *Políticas do corpo e o curso da vida*, pp. 153–176. Campinas/SP: UNICAMP.
- ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana L. C. 2000. “A Memória como Espaço Fantástico”. *Iluminuras*, 1(1):2-15.
- FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. 2003. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso.
- GELL, Alfred. 1998. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon.
- GOHN, Maria. 2005. “Cidadania e direitos culturais”. *Katálysis*, 8(1):15–23.
- GRAEFF, L., FERNANDES, R. M. & CLOSS, A. 2013. “Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Cultura”. *Ser Social*, 15(32):117–140.
- GRAEFF, L., WAISMANN, M. & BERG, O. 2015. “Equipamentos culturais na Região Metropolitana de Porto Alegre: desafios e possibilidades de avaliação a partir das Metas do Plano Nacional de Cultura”. *Políticas Culturais em Revista*, 8(1):208–221.
- GRAFMEYER, Yves & JOSEPH, Isaac (eds.). 2004. *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Champs-Flammarion.
- HALBWACHS, Maurice. 2004. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HEINICH, Nathalie. 2006. “Objets, problématiques, terrains, méthodes: pour un pluralisme méthodique”. *Sociologie de l'art*, OPuS 9 & 10(2) :9-27.
- LAGROU, Els. 2007. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. 1994. Rio de Janeiro: Editora 34.
- MAGNANI, José G. 2002. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49):11–29.
- MAGNANI, José G. 2003. “A antropologia urbana e os desafios da metrópole”. *Tempo Social*, 15(1):81-95.
- MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora Cosac Naify.

- MERLEAU-PONTY, Maurice. 1999. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- OLIVEIRA, Roberto C. 2006. *O trabalho do antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ Ed. da UNESP.
- PASSERON, Jean-Claude. 1995. *O Raciocínio Sociológico*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- RUBIM, Antonio C. 2007. "Políticas culturais no Brasil: tristes tradições". *Revista Galáxia*, 13:101-113.
- SANTOS, Boaventura. 2006. *A gramática do tempo: por uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHUTZ, Alfred. 1979. "Ação no mundo da vida". In WAGNER, H. R. (edg.): *Fenomenologia e relações sociais*, pp. 123-156. Rio de Janeiro: Zahar.
- SIMMEL, Georg. 2013. *O conflito da cultura moderna e outros escritos*. São Paulo: Senac.
- STOCKING, George W. 1984. *Functionalism Historicized: Essays on British Social Anthropology*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- STRATHERN, Marilyn. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- VELHO, Gilberto. 1980. *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____. 2004. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. São Paulo: Jorge Zahar Editor.

Abstract: This article discusses a conceptual and methodological approaches employed in a research on collective memory, sociability and cultural accessibility related to cultural facilities and historical sites located in the cities of Porto Alegre and Canoas, Rio Grande do Sul. The key question is how such places and equipment take part of everyday life of people who attend or who live around it. To answer this question, the author proposes two analytical dimensions: 'club effect', derived from Pierre's Bourdieu article on spaces and thematized by research experiences; and 'Rules of Attraction' which features how a 'public' attention organizes itself from a subjective point of view.

Keywords: Cultural facilities; Collective memory; Methodological pluralism; Interdisciplinarity.

Recebido outubro de 2015.
Aprovado em janeiro de 2016.